RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Exercício de 2024

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CONTEXTO DE ATUAÇÃO

1.1. Dados Institucionais da Unidade Gestora

O presente Relatório de Gestão e Plano Estratégico consolida-se como o principal instrumento de accountability e transparência da Prefeitura Municipal de Caetité referente ao exercício de 2024. O ente público atua sob o CNPJ 13.811.476/0001-54, com administração sediada na Avenida Profª. Marlene Cerqueira de Oliveira, nº 1000 - Centro Administrativo, Bairro Prisco Viana, Caetité - BA, CEP 46.400-000. O contato institucional formal realiza-se por meio do telefone (77) 3454-5700 e do correio eletrônico prefeitura@caetite.ba.gov.br. Este documento atende rigorosamente aos preceitos de prestação de contas anuais, à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), à Lei Federal nº 4.320/1964, focando nos critérios de tempestividade, autenticidade e ampla acessibilidade de dados.

1.2. Contexto Socioeconômico e Desafios Supervenientes

O exercício de 2024 consolidou um patamar elevado de maturidade administrativa no município de Caetité, fechando o ciclo do mandato de 2021-2024. A gestão deparou-se com a complexa necessidade de conciliar a expansão massiva das políticas de infraestrutura urbana e rural com a manutenção de um rígido equilíbrio das contas, protegendo o caixa contra as flutuações sazonais das transferências correntes estaduais e federais.

No plano normativo e processual, o ano foi marcado pela consolidação e aplicação definitiva dos novos ritos contratuais estabelecidos pela Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021). Este cenário exigiu da máquina pública o treinamento contínuo de agentes de contratação e reuniões gerenciais técnicas para aperfeiçoar de forma irretocável os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e os Documentos de Formalização de Demanda (DFD). Adicionalmente, para salvaguardar as finanças públicas contra bloqueios imprevistos e assegurar o fluxo orçamentário, o município logrou êxito ao celebrar um termo de conciliação e mediação perante o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), equacionando passivos judiciais trabalhistas continuados sem comprometer a prestação dos serviços essenciais à população.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIAS

A organização administrativa de Caetité foi arquitetada para garantir a desconcentração das ações públicas, a segregação de funções técnicas e a especialização das políticas. Conforme a hierarquia delineada na legislação em vigor (Art. 6º da LOA), a estrutura é composta por:

- **Gabinete do Prefeito e Órgãos de Assistência Direta:** Responsável pela coordenação estratégica, representação social, articulação institucional e triagem de pleitos da sociedade civil.
- **Procuradoria-Geral do Município (PGM):** Assessoramento jurídico integral e representação judicial/extrajudicial, incumbido do controle preventivo de legalidade de contratos, convênios, editais licitatórios e gerenciamento da cobrança da Dívida Ativa.
- **Controladoria-Geral do Município (CGM):** Unidade central do Sistema de Controle Interno, essencial na mitigação de riscos fiscais, conformidade dos atos, realização de auditorias e fiscalização dos limites da LRF.
- **Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças:** Núcleo de gestão das atividades-meio e orçamentária que assegura o princípio da unidade de caixa, englobando recursos humanos, compras públicas, almoxarifado, patrimônio, contabilidade, tesouraria e arrecadação tributária.
- **Secretaria de Educação:** Gestão do ensino fundamental e infantil, operacionalização do FUNDEB, coordenação da merenda escolar (PNAE) e transporte escolar urbano e rural.
- **Secretaria de Saúde:** Governança do Fundo Municipal de Saúde, atenção básica (PSF), média e alta complexidade, operação da UPA 24h, assistência farmacêutica e vigilâncias.
- **Secretaria de Desenvolvimento Social:** Implementação do SUAS, gerenciamento do CRAS, CREAS, CadÚnico e proteção a famílias em vulnerabilidade.
- **Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos:** Planejamento de obras civis, pavimentação, drenagem, saneamento básico, manutenção de praças e zeladoria.
- **Secretaria de Recursos Hídricos:** Combate à escassez hídrica, mapeamento e ativação de poços artesianos e redes simplificadas.
- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:** Fomento à agricultura, cooperativismo, serviço de inspeção e sustentabilidade ecológica.

3. PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL E DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A gestão municipal adota uma distinção metodológica precisa entre o Plano Estratégico Institucional e o Plano Plurianual (PPA). Enquanto o PPA foca nos programas finalísticos vinculados a dotações (ciclo 2022-2025), o Plano Estratégico define a visão macro e de longo prazo do município: a consolidação de um vetor de governança voltado para resultados institucionais, estabilidade fiscal, modernização administrativa, informatização e proteção contínua do ecossistema.

3.1. Diretrizes da Lei Orçamentária Anual (LOA 2024)

O exercício de 2024 foi pautado pela convergência das metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024 - Lei nº 934/2023) e na Lei Orçamentária Anual (LOA 2024 - Lei nº 964/2023). O orçamento global foi fixado e equilibrado no montante de **R$ 260.064.000,00**. A arquitetura orçamentária foi tecnicamente segregada para blindar os recursos sociais essenciais:

ESFERA / TIPO DE ORÇAMENTO REGULAMENTADO	VALOR FIXADO (R$)	REPRESENTAÇÃO
Orçamento Fiscal (Poderes Executivo e Legislativo)	186.120.982,86	71,57%
Orçamento da Seguridade Social (Saúde e Assistência)	73.943.017,14	28,43%
TOTAL GERAL CONSOLIDADO	**260.064.000,00**	**100,00%**

3.2. Eixos de Atuação e Fiscalidade Orientada

A alocação de recursos em 2024 refletiu uma estratégia de gestão de alto desempenho. A priorização do capital humano é manifesta: as funções **Educação (R$ 95.202.878,11)** e **Saúde (R$ 63.884.095,97)** absorveram, sozinhas, mais de 60% da dotação global. Simultaneamente, a requalificação urbana e logística mobilizou mais de R$ 46 milhões nas funções Urbanismo e Serviços Públicos.

A sustentabilidade deste plano alicerçou-se numa política de fiscalidade técnica orientada. A análise da base tributária revelou que o motor da arrecadação própria municipal consolidou-se no **ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)**, estimado em robustos **R$ 34.697.755,95**. Este valor superou a estimativa de IPTU (R$ 2.722.527,42) em mais de doze vezes, fundamentando o acerto da administração em modernizar o fisco e focar a fiscalização sobre as cadeias de serviços e mineração operantes na região.

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E PRINCIPAIS ENTREGAS

A execução orçamentária rigorosa permitiu que os eixos de atuação profissional fossem traduzidos em entregas efetivas para o cidadão no exercício de 2024:

- **Educação Básica e Manutenção:** Registro de execução física avançada do convênio celebrado junto ao Governo do Estado da Bahia para a construção de duas unidades de Creche Pré-Escola Tipo 2 (Padrão FNDE), localizadas nos bairros/loteamentos Samambaia e São Vicente, cujo investimento foi orçado em R$ 3.040.288,30. Adicionalmente, ocorreu a homologação e processamento do Concurso Público Municipal para provimento de vagas efetivas de professores e coordenadores, valorizando o magistério. O sistema de transporte escolar rústico operou sob estrita fiscalização logística de rotas e combustível.
- **Saúde e Assistência Social Integrada:** Fortalecimento irrestrito da atenção básica. A gestão consolidou a operação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e logrou a expansão definitiva da assistência farmacêutica básica em todos os distritos rurais. Na vertente assistencial,

expandiu-se a proteção social básica com o acompanhamento regular de mais de 3.100 famílias vulneráveis no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), garantindo a atualização do Cadastro Único.

- **Infraestrutura e Requalificação de Urbanismo:** Conclusão e entrega à população das obras estruturantes de reforma e ampliação do complexo esportivo da Praça da Juventude, viabilizando quadras de grama sintética e áreas de lazer, intervenção financiada por emenda do Ministério da Cidadania no valor de R$ 957.100,00. A manutenção viária foi constante com a pavimentação de vias periféricas e recuperação de estradas vicinais cruciais ao escoamento agrícola. Saneamento e meio ambiente receberam dotações na ordem de R$ 3,08 milhões para mitigar passivos e promover a saúde pública preventiva.
- **Recursos Hídricos e Segurança no Semiárido:** Execução do extensivo cronograma de resiliência hídrica na zona rural. A ação englobou a instalação de caixas d'água comunitárias em localidades críticas (Tabocas, Palmeiras, Malhada Barroca), a feitura de testes laboratoriais de potabilidade e, fundamentalmente, a instalação de redes elétricas de alimentação para bombeamento em poços artesianos situados em comunidades isoladas, como Encruzilhada, Açoita Cavalo e Caminho Velho.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS E INDICADORES DE DESEMPENHO (CICLO 2021-2024)

O monitoramento físico consolidado no encerramento do exercício de 2024 retrata um elevado índice de eficácia na execução dos instrumentos de planejamento (Plano de Governo e Plano Plurianual) ao longo de todo o mandato:

SECRETARIA MUNICIPAL MONITORADA	PLANO DE GOVERNO (%)	METAS PPA (%)	AÇÕES AVALIADAS
Desenvolvimento Social	**92,86%**	**77,27%**	8
Meio Ambiente	**100,00%**	**100,00%**	7
Educação	**75,00%**	**91,30%**	11
Desenvolvimento Econômico	**85,71%**	**90,00%**	7
Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	**68,97%**	**100,00%**	8
Administração, Planejamento e Finanças	**75,00%**	**83,33%**	-
Recursos Hídricos	**100,00%**	**100,00%**	45
Serviços Públicos e Infraestrutura	**64,29%**	**73,91%**	7
Saúde	**76,32%**	**86,67%**	1
MÉDIA GERAL DE EFICÁCIA DO MUNICÍPIO:	**82,02%**	**89,16%**	**Total: 94**

Análise Qualitativa: A apuração consolidada evidencia que o município obteve um êxito expressivo, cravando uma média de execução física de **89,16%** no Plano Plurianual (PPA). Destaca-se sobremaneira a resolutividade irretocável em frentes essenciais à sustentabilidade rural (Meio Ambiente e Recursos Hídricos), que alcançaram a totalidade (100%) das metas estipuladas, atestando a capacidade da gestão em converter recursos em obras que promovem o enfrentamento eficaz à escassez hídrica do Semiárido.

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A condução macroeconômica do município adotou a metodologia de padronização ditada pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), viabilizando o controle de fontes em tempo real. O fechamento contábil dos anexos da LOA 2024 atesta o equilíbrio e o lastro das obrigações.

6.1. Balanço Analítico da Receita Consolidada

TÍTULOS E NATUREZA DA RECEITA ESTIMADA	VALOR INTEGRADO (R$)
Receitas Correntes	**255.494.580,55**
Impostos, Taxas e Contribuições	48.761.207,10
Transferências Correntes (Estado e União)	202.819.516,39
Receitas de Capital	**24.785.712,32**
Transferências de Capital (Convênios e Repasses Externos)	21.689.712,32
Deduções Regulamentares (Formação do FUNDEB)	**(20.216.292,87)**
TOTAL GERAL DA RECEITA	**260.064.000,00**

6.2. Balanço Analítico da Despesa por Grupo de Natureza

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	VALOR FIXADO (R$)
Pessoal e Encargos Sociais	122.524.654,99
Juros e Encargos da Dívida Pública	95.976,00
Outras Despesas Correntes (Custeio e Contratos)	80.123.097,39
Investimentos (Obras e Aquisições de Capital)	48.345.966,64
Amortização da Dívida Contratual	7.608.527,42
Reserva de Contingência Fiscal	**1.365.777,56**
TOTAL GERAL DA DESPESA	**260.064.000,00**

Análise Consultiva Financeira: A elevada dependência de transferências correntes caracteriza um ponto de atenção, porém, a notável rubrica de R$ 21,6 milhões em Transferências de Capital atesta a elevada capacidade da gestão na formulação de projetos e atração de convênios governamentais e emendas. A previsão de juros da dívida em míseros R$ 95.976,00, combinada à Reserva de Contingência de R$ 1,36 milhão, demonstra uma estrutura fiscal resiliente, operando com nível baixíssimo de endividamento nocivo e provisionamento adequado para passivos judiciais.

6.3. Flexibilidade Estratégica, Repasses e Índices da LRF

O Poder Executivo operou sob flexibilidade orçamentária amparada técnica e juridicamente (Arts. 7º e 8º da Lei nº 964/2023), possuindo limite de suplementação de 5% da despesa total — prerrogativa prudencialmente não onerada em dotações prioritárias de Pessoal, Precatórios, e limites do MDE. A transferência compulsória do Duodécimo ao Poder Legislativo foi projetada em R$ 10.530.000,00, tendo como valor transferido exato e tempestivamente o montante de **R$ 8.748.799,28**.

A reversão das pressões financeiras de anos anteriores refletiu-se nos indicadores sociais e fiscais consolidados do exercício de 2024, que superaram todas as garantias da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- **Despesa Total com Pessoal (Executivo):** Após ajustes de controle, a despesa encerrou o ciclo estabelecendo-se em **49,43%** da Receita Corrente Líquida. Este resultado repõe o município em zona de conforto, situado abaixo do Limite Prudencial de Alerta (51,30%) e plenamente aderente ao Limite Máximo (54,00%).
- **Educação Básica (MDE):** Foi garantida uma alocação extraordinária de **41,88%** da base de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, ultrapassando com vasta margem o piso constitucional inegociável de 25%.
- **Valorização Docente (FUNDEB):** O município direcionou **79,43%** dos recursos totais vinculados ao fundo para a liquidação de remunerações de profissionais do magistério em atividade, respeitando com louvor a exigência federal de 70%.
- **Saúde Pública (ASPS):** As Ações e Serviços Públicos de Saúde receberam a injeção própria orçamentária correspondente a **17,28%**, superando as balizas constitucionais do piso de 15%.

7. GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO E EXCELÊNCIA EM TRANSPARÊNCIA

O pilar administrativo de Caetité baseou-se na estruturação definitiva da sua Controladoria-Geral (CGM) como órgão atuante e consultivo, modernizando as ferramentas de compliance, mitigação de riscos contratuais e acesso público à informação:

- **Implementação de Inteligência Artificial e Auditoria (Sistema ALICE):** Representando um salto ímpar na inovação da governança, o município promoveu em junho de 2024 a adesão integral e operacionalização do sistema **ALICE (Analisador de Licitações, Contratos e Editais)**, uma sofisticada ferramenta desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU). Através dessa tecnologia, o Controle Interno instituiu uma varredura preventiva e diária de todos os editais de

licitação, mapeando precocemente indícios de sobrepreço, direcionamento de objetos ou cláusulas restritivas à competitividade, resguardando o erário antes da homologação contratual.

- **Modernização do Controle Patrimonial:** Instituição de Instrução Normativa padronizando a deflagração de inventário geral atualizado, com afixação de etiquetas patrimoniais acopladas a *QR Code* (iniciando a numeração serial eletrônica sob o código 100.001). Essa mecânica assegura a pronta rastreabilidade física e contábil de bens móveis espalhados nas repartições.
- **Ecossistema de Transparência e SIAFIC:** Com a contratação da plataforma "Fator Sistemas e Consultoria", o município garantiu a adoção integral e parametrização do SIAFIC (conforme preceitua o Decreto Federal nº 10.540/2020), o que assegurou lançamentos baseados na fidedignidade contábil. A aderência irrestrita à Lei de Acesso à Informação (LAI) materializou-se na alimentação tempestiva de RREOs, RGFs e publicações diárias no Diário Oficial Eletrônico, mantendo as diretrizes de excelência e portas abertas à fiscalização dos órgãos externos e controle social do cidadão.

8. PARECER TÉCNICO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências materiais, documentais e os indicadores apurados e condensados neste relatório atestam que o ciclo financeiro de 2024 coroou o projeto de estabilidade e resgate do município de Caetité/BA. O equilíbrio técnico entre a robustez fiscal e o impacto social permitiu que o orçamento recorde de R$ 260 milhões suportasse investimentos históricos em Educação e requalificação urbana, culminando com índices superlativos de aprovação das metas do Plano Plurianual (89,16%).

A regressão segura dos gastos com Pessoal para 49,43% corrobora o sucesso do planejamento estratégico e afasta vulnerabilidades perante a LRF. Tendo em vista a retidão administrativa, a aderência sistêmica à Nova Lei de Licitações, a implementação de trilhas preventivas via sistema ALICE/CGU e o rigor na prestação de contas, o órgão central do Sistema de Controle Interno emite o seu formal **Parecer de Regularidade**. Declara-se a presente peça de gestão plenamente habilitada e idônea para submissão à instrução técnica e deliberação final do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA).